

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| | Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. | Altera a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, e sobre a modicidade tarifária. | Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. |
| | A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: | A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: | O CONGRESSO NACIONAL Decreta: |
| | CAPÍTULO I | | CAPÍTULO I |
| | DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DO REGIME DE COTAS | | DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DO REGIME DE COTAS |
| Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 <i>Art. 19. A União poderá, visando garantir a qualidade do atendimento aos consumidores a custos adequados, prorrogar, pelo prazo de até vinte anos, as concessões de geração de energia elétrica, alcançadas pelo art. 42 da Lei nº 8.987, de 1995, desde que requerida a prorrogação, pelo concessionário, permissionário ou titular de manifesto ou de declaração de usina termelétrica, observado o disposto no art. 25 desta Lei.</i> | Art. 1º A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária. | | Art. 1º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária. |
| | § 1º A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa | | § 1º A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|---|
| | das seguintes condições pelas concessionárias: | | das seguintes condições pelas concessionárias: |
| | I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica; | | I - remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica; |
| | II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL, conforme regulamento do poder concedente; e | | II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL, conforme regulamento do poder concedente; e |
| | III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL. | | III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL. |
| | § 2º A distribuição das cotas de que trata o inciso II do § 1º e sua respectiva remuneração obedecerão a critérios previstos em regulamento, devendo buscar o equilíbrio na redução das tarifas das concessionárias de distribuição do SIN. | | § 2º A distribuição das cotas de que trata o inciso II do § 1º e sua respectiva remuneração obedecerão a critérios previstos em regulamento, devendo buscar o equilíbrio na redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN. |
| | § 3º As cotas de que trata o inciso II do § 1º serão revisadas periodicamente e a respectiva alocação às concessionárias de distribuição será formalizada mediante a celebração de contratos, conforme regulamento do poder concedente. | | § 3º As cotas de que trata o inciso II do § 1º serão revisadas periodicamente e a respectiva alocação às concessionárias e permissionárias de distribuição será formalizada mediante a celebração de contratos, conforme regulamento do poder concedente. |
| | § 4º Os contratos de concessão e de | | § 4º Os contratos de concessão e de |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|--|--|---|
| | cotas definirão as responsabilidades das partes e a alocação dos riscos decorrentes de sua atividade. | | cotas definirão as responsabilidades das partes e a alocação dos riscos decorrentes de sua atividade. |
| | § 5º Nas prorrogações de que trata este artigo, os riscos hidrológicos, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, serão assumidos pelas concessionárias de distribuição do SIN, com direito de repasse à tarifa do consumidor final. | | § 5º Nas prorrogações de que trata este artigo, os riscos hidrológicos, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, serão assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, com direito de repasse à tarifa do consumidor final. |
| | § 6º Caberá à ANEEL disciplinar a realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas, conforme regulamento do poder concedente. | | § 6º Caberá à ANEEL disciplinar a realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas, conforme regulamento do poder concedente. |
| <i>Art. 19. A União poderá, visando garantir a qualidade do atendimento aos consumidores a custos adequados, prorrogar, pelo prazo de até vinte anos, as concessões de geração de energia elétrica, alcançadas pelo art. 42 da Lei nº 8.987, de 1995, desde que requerida a prorrogação, pelo concessionário, permissionário ou titular de manifesto ou de declaração de usina termelétrica, observado o disposto no art. 25 desta Lei.</i> | § 7º O disposto neste artigo se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica que, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074, de 1995, foram ou não prorrogadas, ou que estejam com pedido de prorrogação em tramitação. | | § 7º O disposto neste artigo se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica que, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074, de 1995, foram ou não prorrogadas, ou que estejam com pedido de prorrogação em tramitação. |
| | § 8º O disposto nesta Medida Provisória | | § 8º O disposto nesta Lei também se |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| | também se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à produção independente ou à autoprodução, observado o disposto no art. 2º. | | aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à produção independente ou à autoprodução, observado o disposto no art. 2º. |
| <i>Art. 8º O aproveitamento de potenciais hidráulicos, iguais ou inferiores a 1.000 kW, e a implantação de usinas termelétricas de potência igual ou inferior a 5.000 kW, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente.</i> | § 9º Vencido o prazo das concessões de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a um MegaWatt - MW, aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 1995. | | § 9º Vencido o prazo das concessões de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a um MegaWatt - MW, aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 1995. |
| Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 | | | |
| <i>Art. 22. Os contratos de fornecimento de energia elétrica celebrados entre concessionárias geradoras de serviço público, inclusive as sob controle federal, com consumidores finais, vigentes na data de publicação desta Lei e que tenham atendido o disposto no art. 3º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, poderão ser aditados para vigorar até 30 de junho de 2015.</i> | | | § 10. Excepcionalmente, parcela da garantia física vinculada ao atendimento dos contratos de fornecimento alcançados pelo art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, não será destinada à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o inciso II do §1º, visando à equiparação com a redução média de tarifas das concessionárias de distribuição do SIN. |
| | | | § 11. Na equiparação de que trata o § 10, deverá ser considerada a redução de encargos de que tratam os arts. 21, 23 e 24 desta Lei, de pagamento pelo uso do sistema de transmissão, e aquela decorrente da contratação de energia remunerada pela tarifa inicial de geração |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | | | de que trata o art. 13 desta Lei. |
| | | | § 12. Caberá à ANEEL a definição do procedimento de que tratam os §§ 10 e 11, conforme regulamento do poder concedente. |
| | Art. 2º As concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, cuja potência da usina seja igual ou inferior a cinquenta MW, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. | | Art. 2º As concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, cuja potência da usina seja igual ou inferior a cinquenta MW, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. |
| | § 1º O disposto no art. 1º não se aplica às prorrogações de que trata o caput. | | § 1º O disposto no art. 1º não se aplica às prorrogações de que trata o <i>caput</i> . |
| | § 2º Todo o excedente de energia elétrica não consumida pelas unidades consumidoras do titular da concessão de autoprodução será liquidado no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD. | | § 2º Todo o excedente de energia elétrica não consumida pelas unidades consumidoras do titular da concessão de autoprodução será liquidado no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD. |
| | | | § 3º A receita auferida pela liquidação de que trata o § 2º poderá ser utilizada pelo autoprodutor no fomento a projetos de eficiência energética em suas instalações de consumo, durante todo o período da concessão. |
| | § 3º O disposto neste artigo se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, independentemente da potência, desde que não interligadas ao SIN. | | § 4º O disposto neste artigo também se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, independentemente da potência, desde que não interligadas ao |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|---|--|--|
| | | | SIN. |
| | § 4º A prorrogação de que trata este artigo será feita a título oneroso, sendo o pagamento pelo uso do bem público revertido em favor da modicidade tarifária, conforme regulamento do poder concedente. | | § 5º A prorrogação de que trata este artigo será feita a título oneroso, sendo o pagamento pelo uso do bem público revertido em favor da modicidade tarifária, conforme regulamento do poder concedente. |
| | Art. 3º Caberá à ANEEL, conforme regulamento do poder concedente, instituir mecanismo para compensar as variações no nível de contratação das concessionárias de distribuição do SIN, decorrentes da alocação de cotas a que se refere o inciso II do § 1º do art. 1º. | | Art. 3º Caberá à ANEEL, conforme regulamento do poder concedente, instituir mecanismo para compensar as variações no nível de contratação das concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, decorrentes da alocação de cotas a que se refere o inciso II do § 1º do art. 1º. |
| | Parágrafo único. Ocorrendo excedente no montante de energia contratada pelas concessionárias de distribuição do SIN, haverá a cessão compulsória de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, cujo suprimento já tenha se iniciado ou venha a se iniciar até o ano para o qual a cota foi definida, para a concessionária de distribuição que tenha redução no montante de energia contratada. | | Parágrafo único. Ocorrendo excedente no montante de energia contratada pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, haverá a cessão compulsória de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, cujo suprimento já tenha se iniciado ou venha a se iniciar até o ano para o qual a cota foi definida, para a concessionária e permissionária de distribuição que tenha redução no montante de energia contratada. |
| | Art. 4º O poder concedente poderá autorizar, conforme regulamento, a ampliação de usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos | | Art. 4º O poder concedente poderá autorizar, conforme regulamento, a ampliação de usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | termos desta Medida Provisória, observado o princípio da modicidade tarifária. | | termos desta Lei, observado o princípio da modicidade tarifária. |
| | § 1º A garantia física de energia e potência da ampliação de que trata o caput será distribuída em cotas, observado o disposto no inciso II do § 1º do art. 1º. | | § 1º A garantia física de energia e potência da ampliação de que trata o <i>caput</i> será distribuída em cotas, observado o disposto no inciso II do § 1º do art. 1º. |
| | § 2º Os investimentos realizados para a ampliação de que trata o caput serão considerados nos processos tarifários. | | § 2º Os investimentos realizados para a ampliação de que trata o <i>caput</i> serão considerados nos processos tarifários. |
| | Art. 5º A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema. | | Art. 5º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema. |
| | § 1º A prorrogação de que trata o caput deverá ser requerida pela concessionária com antecedência mínima de vinte e quatro meses do termo final do respectivo contrato de concessão ou ato de outorga. | | § 1º A prorrogação de que trata o <i>caput</i> deverá ser requerida pela concessionária com antecedência mínima de vinte e quatro meses do termo final do respectivo contrato de concessão ou ato de outorga. |
| | § 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, a concessionária deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até noventa dias contado da convocação. | | § 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, a concessionária deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até noventa dias contado da convocação. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|---|
| | § 3º O descumprimento do prazo de que trata o § 2º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo. | | § 3º O descumprimento do prazo de que trata o § 2º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo. |
| | § 4º A critério do poder concedente, as usinas prorrogadas nos termos deste artigo poderão ser diretamente contratadas como energia de reserva. | | § 4º A critério do poder concedente, as concessões de geração prorrogadas nos termos deste artigo poderão ser diretamente contratadas como energia de reserva. |
| | CAPÍTULO II | | CAPÍTULO II |
| | DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA | | DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA |
| Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 | Art. 6º A partir da publicação desta Medida Provisória , as concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária. | | Art. 6º A partir de 12 de setembro de 2012 , as concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária. |
| <i>Art. 17. O poder concedente deverá definir, dentre as instalações de transmissão, as que se destinam à formação da rede básica dos sistemas interligados, as de âmbito próprio do concessionário de distribuição, as de interesse exclusivo das centrais de geração e as destinadas a interligações internacionais.</i> | | | |
| <i>§ 5º As instalações de transmissão, classificadas como integrantes da rede básica, poderão ter suas concessões prorrogadas, segundo os critérios estabelecidos nos arts. 19 e 22, no que couber.</i> | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|--|--|--|
| | § 1º A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias: | | Parágrafo Único. A prorrogação de que trata este artigo dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias: |
| | I - receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; e | | I - receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; e |
| | II - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL. | | II - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL. |
| <i>Art. 22. As concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 42 da Lei nº 8.987, de 1995, poderão ser prorrogadas, desde que reagrupadas segundo critérios de racionalidade operacional e econômica, por solicitação do concessionário ou iniciativa do poder concedente.</i> | Art. 7º A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica. | | Art. 7º A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica. |
| | Parágrafo único. A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo. | | Parágrafo único. A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo. |
| | CAPÍTULO III | | CAPÍTULO III |
| | DA LICITAÇÃO | | DA LICITAÇÃO |
| | Art. 8º As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas, nos termos desta Medida Provisória, serão | | Art. 8º As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas, nos termos desta Lei, serão licitadas, na |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|---|--|---|
| | licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos. | | modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos. |
| | § 1º A licitação de que trata o caput poderá ser realizada sem a reversão prévia dos bens vinculados à prestação do serviço. | | § 1º A licitação de que trata o <i>caput</i> poderá ser realizada sem a reversão prévia dos bens vinculados à prestação do serviço. |
| | § 2º O cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. | | § 2º O cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. |
| | § 3º Aplica-se o disposto nos § 1º ao § 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput. | | § 3º Aplica-se o disposto nos § 1º ao § 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o <i>caput</i> , o parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o art. 7º, às concessões de distribuição. |
| | Art. 9º Não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas por esta Medida Provisória. | | Art. 9º Não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas por esta Lei. |
| | § 1º Caso não haja interesse do concessionário na continuidade da | | § 1º Caso não haja interesse do concessionário na continuidade da |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | prestação do serviço nas condições estabelecidas nesta Medida Provisória, o serviço será explorado por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que seja concluído o processo licitatório de que trata o art. 8º. | | prestação do serviço nas condições estabelecidas nesta Lei, o serviço será explorado por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que seja concluído o processo licitatório de que trata o art. 8º. |
| | § 2º Com a finalidade de assegurar a continuidade do serviço, o órgão ou entidade de que trata o §1º fica autorizado a realizar a contratação temporária de pessoal imprescindível à prestação do serviço público de energia elétrica, até a contratação de novo concessionário. | | § 2º Com a finalidade de assegurar a continuidade do serviço, o órgão ou entidade de que trata o § 1º fica autorizado a realizar a contratação temporária de pessoal imprescindível à prestação do serviço público de energia elétrica, até a contratação de novo concessionário. |
| | § 3º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá receber recursos financeiros para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço público de energia elétrica. | | § 3º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá receber recursos financeiros para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço público de energia elétrica. |
| | § 4º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela ANEEL. | | § 4º O órgão ou entidade de que trata o § 1º poderá aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela ANEEL. |
| | § 5º As obrigações contraídas pelo órgão ou entidade de que trata o § 1º na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, | | § 5º As obrigações contraídas pelo órgão ou entidade de que trata o § 1º na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | nos termos do edital de licitação. | | nos termos do edital de licitação. |
| | § 6º O poder concedente poderá definir remuneração adequada ao órgão ou entidade de que trata o §1º, em razão das atividades exercidas no período da prestação temporária do serviço público de energia elétrica. | | § 6º O poder concedente poderá definir remuneração adequada ao órgão ou entidade de que trata o § 1º, em razão das atividades exercidas no período da prestação temporária do serviço público de energia elétrica. |
| | Art. 10. O órgão ou entidade responsável pela prestação temporária do serviço público de energia elétrica deverá: | | Art. 10. O órgão ou entidade responsável pela prestação temporária do serviço público de energia elétrica deverá: |
| | I - manter registros contábeis próprios relativos à prestação do serviço; e | | I - manter registros contábeis próprios relativos à prestação do serviço; e |
| | II - prestar contas à ANEEL e efetuar acertos de contas com o poder concedente. | | II - prestar contas à ANEEL e efetuar acertos de contas com o poder concedente. |
| | CAPÍTULO IV | | CAPÍTULO IV |
| | DISPOSIÇÕES GERAIS | | DISPOSIÇÕES GERAIS |
| | Art. 11. As prorrogações referidas nesta Medida Provisória deverão ser requeridas pelo concessionário, com antecedência mínima de sessenta meses da data final do respectivo contrato ou ato de outorga, ressalvado o disposto no art. 5º. | | Art. 11. As prorrogações referidas nesta Lei deverão ser requeridas pelo concessionário, com antecedência mínima de sessenta meses da data final do respectivo contrato ou ato de outorga, ressalvado o disposto no art. 5º. |
| | § 1º Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a sessenta meses da publicação desta Medida Provisória, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em | | Obs.: Ver Ofício nº 539-CN, de 2012. § 1º Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a sessenta meses da publicação da Medida Provisória nº 579, de 2012, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | até trinta dias da data do início de sua vigência. | | até trinta dias da data do início de sua vigência. |
| | § 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até trinta dias contados da convocação. | | § 2º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até trinta dias contados da convocação. |
| | § 3º O descumprimento do prazo de que trata o § 2º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo. | | § 3º O descumprimento do prazo de que trata o § 2º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo. |
| | § 4º O contrato de concessão ou o termo aditivo conterão cláusula de renúncia a eventuais direitos preexistentes que contrariem o disposto nesta Medida Provisória. | | § 4º O contrato de concessão ou o termo aditivo conterão cláusula de renúncia a eventuais direitos preexistentes que contrariem o disposto nesta Lei. |
| | Art. 12. O poder concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até sessenta meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga. | | Art. 12. O poder concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até sessenta meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga. |
| | § 1º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo, que contemplará as condições previstas nesta Medida Provisória, no prazo de até trinta dias contados da convocação. | | § 1º A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo, que contemplará as condições previstas nesta Lei, no prazo de até trinta dias contados da convocação. |
| | § 2º O descumprimento do prazo de que trata o § 1º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer | | § 2º O descumprimento do prazo de que trata o § 1º implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|--|--|--|
| | tempo. | | tempo. |
| | § 3º O concessionário de geração deverá promover redução nos montantes contratados dos CCEARs de energia existente vigentes, conforme regulamento. | | § 3º O concessionário de geração deverá promover redução nos montantes contratados dos CCEARs de energia existente vigentes, conforme regulamento. |
| | Art. 13. Na antecipação dos efeitos da prorrogação de que trata o art. 12, o poder concedente definirá, conforme regulamento, a tarifa ou receita inicial para os concessionários de geração, transmissão e distribuição. | | Art. 13. Na antecipação dos efeitos da prorrogação de que trata o art. 12, o poder concedente definirá, conforme regulamento, a tarifa ou receita inicial para os concessionários de geração, transmissão e distribuição. |
| | § 1º A ANEEL realizará revisão extraordinária das tarifas de uso dos sistemas de transmissão para contemplar a receita a que se refere o caput. | | § 1º A ANEEL realizará revisão extraordinária das tarifas de uso dos sistemas de transmissão para contemplar a receita a que se refere o <i>caput</i> . |
| | § 2º A ANEEL procederá à revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo do reajuste tarifário anual previsto nos contratos de concessão, para contemplar as tarifas a que se refere este artigo. | | § 2º A ANEEL procederá à revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, sem prejuízo do reajuste tarifário anual previsto nos contratos de concessão, para contemplar as tarifas a que se refere este artigo. |
| | Art. 14. Os prazos das concessões prorrogadas nos termos desta Medida Provisória serão contados: | | Art. 14. Os prazos das concessões prorrogadas nos termos desta Lei serão contados: |
| | I - a partir do primeiro dia subsequente ao termo do prazo de concessão; ou | | I - a partir do primeiro dia subsequente ao termo do prazo de concessão; ou |
| | II - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do contrato de concessão ou termo aditivo, no caso | | II - a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do contrato de concessão ou termo aditivo, no caso |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|---|--|
| | de antecipação dos efeitos da prorrogação. | | de antecipação dos efeitos da prorrogação. |
| | | Art. 1º A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações: | |
| | Art. 15. A tarifa ou receita de que trata esta Medida Provisória deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo. | “Art. 15. | Art. 15. A tarifa ou receita de que trata esta Lei deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo. |
| | § 1º O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para a finalidade de que trata o caput ou para fins de indenização, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. | | § 1º O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para a finalidade de que trata o caput ou para fins de indenização, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. |
| <i>Art. 17. O poder concedente deverá definir, dentre as instalações de transmissão, as que se destinam à formação da rede básica dos sistemas interligados, as de âmbito próprio do concessionário de distribuição, as de interesse exclusivo das centrais de geração e as destinadas a interligações internacionais.</i> | § 2º Os bens reversíveis vinculados às concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, existentes em 31 de maio de 2000, independentemente da vida útil remanescente do equipamento, serão considerados totalmente amortizados pela receita auferida pelas concessionárias de | § 2º Fica o poder concedente autorizado a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação prevista nesta Medida Provisória, nas concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados | § 2º Fica o poder concedente autorizado a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação prevista nesta Lei, nas concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|---|---|
| | transmissão, não sendo indenizados ou incluídos na receita de que trata o caput. | existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. | de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. |
| § 5º As instalações de transmissão, classificadas como integrantes da rede básica, poderão ter suas concessões prorrogadas, segundo os critérios estabelecidos nos arts. 19 e 22, no que couber. | | | |
| | | § 3º O valor de que trata o § 2º será quitados pelo poder concedente no prazo de trinta anos corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. | § 3º O valor de que trata o § 2º será atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária pelo prazo de trinta anos, conforme regulamento. |
| | § 3º A critério do poder concedente e para fins de licitação ou prorrogação, a Reserva Global de Reversão - RGR poderá ser utilizada para indenização, total ou parcial, das parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados. | § 4º A critério do poder concedente e para fins de licitação ou prorrogação, a Reserva Global de Reversão - RGR poderá ser utilizada para indenização, total ou parcial, das parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados. | § 4º A critério do poder concedente e para fins de licitação ou prorrogação, a Reserva Global de Reversão - RGR poderá ser utilizada para indenização, total ou parcial, das parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados. |
| | § 4º As tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão de energia elétrica, prorrogadas ou licitadas nos termos desta Medida Provisória, levarão em consideração, dentre outros, os custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. | § 5º As tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão de energia elétrica, prorrogadas ou licitadas nos termos desta Medida Provisória, levarão em consideração, dentre outros, os custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. | § 5º As tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão de energia elétrica, prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei, levarão em consideração, dentre outros, os custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|------------|---|---|---|
| | § 5º As informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das concessões prorrogadas nos termos desta Medida Provisória, que não forem apresentadas pelos concessionários, não serão consideradas na tarifa ou receita inicial, ou para fins de indenização. | § 6º As informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das concessões prorrogadas nos termos desta Medida Provisória, que não forem apresentadas pelos concessionários, não serão consideradas na tarifa ou receita inicial, ou para fins de indenização. | § 6º As informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das concessões prorrogadas nos termos desta Lei, que não forem apresentadas pelos concessionários, não serão consideradas na tarifa ou receita inicial, ou para fins de indenização. |
| | § 6º As informações de que trata o parágrafo anterior, quando apresentadas, serão avaliadas e consideradas na tarifa do concessionário a partir da revisão periódica, não havendo recomposição tarifária quanto ao período em que não foram consideradas. | § 7º As informações de que trata o § 6º, quando apresentadas, serão avaliadas e consideradas na tarifa do concessionário a partir da revisão periódica, não havendo recomposição tarifária quanto ao período em que não foram consideradas. | § 7º As informações de que trata o § 6º, quando apresentadas, serão avaliadas e consideradas na tarifa do concessionário a partir da revisão periódica, não havendo recomposição tarifária quanto ao período em que não foram consideradas. |
| | § 7º O regulamento do poder concedente disporá sobre os prazos para envio das informações de que tratam os § 5º e § 6º. | § 8º O regulamento do poder concedente disporá sobre os prazos para envio das informações de que tratam os § 6º e § 7º.” (NR) | § 8º O regulamento do poder concedente disporá sobre os prazos para envio das informações de que tratam os § 6º e § 7º. |
| | Art. 16. O regulamento do poder concedente disporá sobre as garantias exigidas das concessionárias beneficiárias das prorrogações de que trata esta Medida Provisória. | | Art. 16. O regulamento do poder concedente disporá sobre as garantias exigidas das concessionárias beneficiárias das prorrogações de que trata esta Lei. |
| | CAPÍTULO V | | CAPÍTULO V |
| | DOS ENCARGOS SETORIAIS | | DOS ENCARGOS SETORIAIS |
| | Art. 17. Fica a União autorizada a adquirir créditos que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS detém contra a Itaipu Binacional. | | Art. 17. Fica a União autorizada a adquirir créditos que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS detém contra a Itaipu Binacional. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| | Parágrafo único. Para a cobertura dos créditos de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da ELETROBRÁS, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitada a equivalência econômica com o valor dos créditos. | | Parágrafo único. Para a cobertura dos créditos de que trata o <i>caput</i> , a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Eletrobras, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitada a equivalência econômica com o valor dos créditos. |
| | Art. 18. Fica a União autorizada a destinar os créditos objeto do art. 17, e os créditos que possui diretamente junto à Itaipu Binacional, à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. | | Art. 18. Fica a União autorizada a destinar os créditos objeto do art. 17, e os créditos que possui diretamente junto à Itaipu Binacional, à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. |
| Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973 | Art. 19. Fica a União autorizada a celebrar contratos com a ELETROBRÁS, na qualidade de Agente Comercializador de Energia de Itaipu Binacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, com a finalidade excluir os efeitos da variação cambial da tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional, preservadas as atuais condições dos fluxos econômicos e financeiros da ELETROBRÁS. | | Art. 19. Fica a União autorizada a celebrar contratos com a Eletrobras, na qualidade de Agente Comercializador de Energia de Itaipu Binacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, com a finalidade excluir os efeitos da variação cambial da tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional, preservadas as atuais condições dos fluxos econômicos e financeiros da Eletrobras. |
| <i>Art. 4º Fica designada a Eletrobrás para a aquisição da totalidade dos mencionados serviços de eletricidade de Itaipu.</i> <i>Parágrafo único. A Eletrobrás será o Agente Comercializador de Energia de Itaipu, ficando encarregada de realizar a comercialização da totalidade dos mencionados serviços de eletricidade, nos termos da regulamentação da Aneel.</i> | | | |
| | Parágrafo único. Os pagamentos realizados pela ELETROBRÁS correspondentes à aquisição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional não serão alterados em função do disposto no caput, | | Parágrafo único. Os pagamentos realizados pela Eletrobras correspondentes à aquisição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional não serão alterados em função do disposto no <i>caput</i> , |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| | permanecendo integralmente respeitadas as condições previstas no Tratado celebrado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, promulgado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 30 de maio de 1973. | | permanecendo integralmente respeitadas as condições previstas no Tratado celebrado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, promulgado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 30 de maio de 1973. |
| Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971 <i>Art. 4º Serão computadas no custo do serviço das empresas concessionárias, supridoras e supridas, quotas anuais da reversão, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.</i> | Art. 20. Ficam a Reserva Global de Reversão - RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizadas a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária. | | Art. 20. Ficam a Reserva Global de Reversão - RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizadas a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária. |
| | § 1º A RGR e a CDE poderão utilizar parte do seu fluxo de recebimento futuro para amortizar a operação de que trata o caput | | § 1º A RGR e a CDE poderão utilizar parte do seu fluxo de recebimento futuro para amortizar a operação de que trata o <i>caput</i> . |
| | § 2º A ANEEL considerará a parcela anual resultante da amortização da operação de que trata o caput, para efeito de cálculo das quotas anuais da CDE. | | § 2º A ANEEL considerará a parcela anual resultante da amortização da operação de que trata o <i>caput</i> , para efeito de cálculo das quotas anuais da CDE. |
| | § 3º As operações financeiras de que trata o caput poderão ter como garantia o fluxo futuro de recebimento da | | § 3º As operações financeiras de que trata o <i>caput</i> poderão ter como garantia o fluxo futuro de recebimento da |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|--|
| | arrecadação da RGR e da CDE. | | arrecadação da RGR e da CDE. |
| | Art. 21. Ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR: | | Art. 21. Ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR: |
| | I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; | | I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; |
| | II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir da publicação desta Medida Provisória; e | | II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e |
| | III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Medida Provisória. | | III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei. |
| | Art. 22. Os recursos da RGR poderão ser transferidos à CDE. | | Art. 22. Os recursos da RGR poderão ser transferidos à CDE. |
| Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. | Art. 23. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | Art. 23. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e | “Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos: | | “Art. 13. Fica criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos: |
| | I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; | | I - promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; |
| | II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de | | II - garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|--|
| garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, devendo seus recursos se destinar às seguintes utilizações: | energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; | | energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; |
| | III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; | | III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; |
| | IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; | | IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; |
| I - para a cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos que utilizem apenas carvão mineral nacional, em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, situados nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados e do custo das instalações de transporte de gás natural a serem implantados para os Estados onde, até o final de 2002, não exista o fornecimento de gás natural canalizado, observadas as seguintes limitações: | V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e | | V - promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e |
| a) no pagamento do custo das instalações de transporte de gás natural, | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|--|--|---|
| devem ser deduzidos os valores que forem pagos a título de aplicação do § 7º deste artigo; | | | |
| b) para garantir até cem por cento do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se, os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, podendo a ANEEL ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível; | | | |
| II - para pagamento ao agente produtor de energia elétrica a partir de fontes eólica, térmicas a gás natural, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, cujos | VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e gás natural. | | VI - promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| empreendimentos entrem em operação a partir da publicação desta Lei, da diferença entre o valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte e o valor econômico correspondente a energia competitiva, quando a compra e venda se fizer com consumidor final; | | | biomassa, outras fontes renováveis e gás natural. |
| III - para pagamento do crédito de que trata a alínea <i>d</i> do inciso II do art. 3º; | | | |
| IV - até 15% (quinze por cento) do montante previsto no § 2º, para pagamento da diferença entre o valor econômico correspondente à geração termelétrica a carvão mineral nacional que utilize tecnologia limpa, de instalações que entrarem em operação a partir de 2003, e o valor econômico correspondente a energia competitiva. | | | |
| V – para a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e para garantir recursos à subvenção econômica destinada à modicidade tarifária para a subclasse baixa renda, assegurado, nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 percentuais mínimos da receita anual da CDE de quinze por cento, dezessete por cento, vinte por cento, vinte e cinco por cento e trinta por cento, respectivamente, para utilização na instalação de transporte de gás natural | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|---|
| previsto no inciso I deste artigo. | | | |
| § 1º Os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE serão provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados e, a partir de 2003 , das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário, a ser incluído a partir da data de publicação desta Lei nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição. | § 1º Os recursos da CDE serão provenientes das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionárias, permissionárias e autorizadas, e dos créditos da União de que tratam os arts. 17 e 18 da Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012. | | § 1º Os recursos da CDE serão provenientes das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela ANEEL a concessionárias, permissionárias e autorizadas, e dos créditos da União de que tratam os arts. 17 e 18 da Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012. |
| § 2º As quotas a que se refere o § 1º terão valor idêntico àquelas estipuladas para o ano de 2001 mediante aplicação do mecanismo estabelecido no § 1º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, deduzidas em 2003, 2004 e 2005, dos valores a serem recolhidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas, situadas nas regiões atendidas pelos sistemas elétricos interligados. | § 2º O montante a ser arrecadado em quotas anuais da CDE calculadas pela ANEEL corresponderá à diferença entre as necessidades de recursos e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes de que trata o § 1º. | | § 2º O montante a ser arrecadado em quotas anuais da CDE calculadas pela ANEEL corresponderá à diferença entre as necessidades de recursos e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes de que trata o § 1º. |
| § 3º As quotas de que trata o § 1º serão reajustadas anualmente, a partir do ano de 2002, na proporção do crescimento do mercado de cada agente e, a partir do ano 2004, também atualizadas | §3º As quotas anuais da CDE deverão ser proporcionais às estipuladas em 2012 aos agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. | | § 3º A quotas anuais da CDE deverão ser proporcionais às estipuladas em 2012 aos agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| monetariamente por índice a ser definido pelo Poder Executivo. | | | |
| | <p>§ 4º O repasse da CDE a que se refere o inciso V do caput observará o limite de até cem por cento do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 1998, podendo a ANEEL ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível.</p> | | <p>§ 4º O repasse da CDE a que se refere o inciso V do <i>caput</i> observará o limite de até cem por cento do valor do combustível ao seu correspondente produtor, incluído o valor do combustível secundário necessário para assegurar a operação da usina, mantida a obrigatoriedade de compra mínima de combustível estipulada nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2004, destinado às usinas termelétricas a carvão mineral nacional, desde que estas participem da otimização dos sistemas elétricos interligados, compensando-se os valores a serem recebidos a título da sistemática de rateio de ônus e vantagens para as usinas termelétricas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 1998, podendo a ANEEL ajustar o percentual do reembolso ao gerador, segundo critérios que considerem sua rentabilidade competitiva e preservem o atual nível de produção da indústria produtora do combustível.</p> |
| § 5º Os empreendimentos a gás natural referidos no inciso I do caput e a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa que iniciarem a | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|--|
| operação comercial até o final de 2006, poderão solicitar que os recursos do CDE sejam antecipados para os 5 (cinco) primeiros anos de funcionamento, observando-se que o atendimento do pleito ficará condicionado à existência de saldos positivos em cada exercício da CDE e à não cumulatividade com os programas Proinfra e PPT. | | | |
| § 6º A CDE terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos, será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobrás. | § 5º A CDE será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela ELETROBRÁS. | | § 5º A CDE será regulamentada pelo Poder Executivo e movimentada pela Eletrobras |
| | § 6º Os recursos da CDE poderão ser transferidos à Reserva Global de Reversão - RGR e à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para atender às finalidades dos incisos III e IV do caput. | | § 6º Os recursos da CDE poderão ser transferidos à Reserva Global de Reversão - RGR e à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para atender às finalidades dos incisos III e IV do <i>caput</i> . |
| § 7º Para fins de definição das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, considerar-se-á integrante da rede básica de que trata o art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, as instalações de transporte de gás natural necessárias ao suprimento de centrais termelétricas nos Estados onde, até o final de 2002, não exista fornecimento de gás natural canalizado, até o limite do investimento em subestações e linhas de transmissão equivalentes que seria necessário | § 7 Os dispêndios para a finalidade de que trata o inciso V do caput serão custeados pela CDE até 2027. | | § 7º Os dispêndios para a finalidade de que trata o inciso V do <i>caput</i> serão custeados pela CDE até 2027. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| construir para transportar, do campo de produção de gás ou da fronteira internacional até a localização da central, a mesma energia que ela é capaz de produzir no centro de carga, na forma da regulamentação da Aneel. | | | |
| § 4º A nenhuma das fontes eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, gás natural e carvão mineral nacional, poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse a 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, junto à Eletrobrás, de disponibilidade de recursos. | § 10. A nenhuma das fontes eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, gás natural e carvão mineral nacional, poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse a 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, junto à ELETROBRÁS, de disponibilidade de recursos.” (NR) | | § 10. A nenhuma das fontes eólica, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, poderão ser destinados anualmente recursos cujo valor total ultrapasse a 30% (trinta por cento) do recolhimento anual da CDE, condicionando-se o enquadramento de projetos e contratos à prévia verificação, junto à Eletrobras, de disponibilidade de recursos. |
| | | | § 11 Os recursos da CDE poderão ser destinados a programas de desenvolvimento e qualificação de mão-de-obra técnica, no segmento de instalação de equipamentos de energia fotovoltaica.” (NR) |
| Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993. <i>Art. 1º Os níveis das tarifas de fornecimento de energia elétrica a serem cobradas de consumidores finais serão propostos pelo concessionário, ao Poder Concedente, que os homologará, observado o disposto nesta Lei.</i> | Art. 24. Fica extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993. | | Art. 24. Fica extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| <p><i>§ 3º No custo do serviço mencionado no parágrafo anterior, além dos custos específicos dos concessionários públicos e privados, serão obrigatoriamente incluídos os valores relativos aos preços de energia elétrica comprada aos concessionários supridores, inclusive o transporte da energia gerada pela ITAIPU BINACIONAL, os relativos às quotas anuais da Reserva Global de Reversão - RGR, ao rateio do custo de combustíveis e às compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos devidos por usinas próprias.</i></p> | | | |
| | CAPÍTULO VI | | CAPÍTULO VI |
| | DISPOSIÇÕES FINAIS | | DISPOSIÇÕES FINAIS |
| | | | <p>Art. 25. Os consumidores enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e aqueles alcançados pelo disposto no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, poderão ceder, a preços livremente negociados, montantes de energia elétrica e de potência que sejam objeto de contratos de compra e venda registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme diretrizes e condicionantes do Ministério de Minas e Energia e regulamentação da ANEEL.</p> |
| | | | <p>Parágrafo Único. A cessão de trata o</p> |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|--|
| | | | <i>caput</i> deste artigo não alterará os direitos e obrigações estabelecidos entre os vendedores e os compradores nos contratos originais de compra e venda de energia. |
| | | | Art. 26. Ficam convalidados todos os atos praticados na vigência da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. |
| Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009 | Art. 25. A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | Art. 27. A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 3º A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, de que tratam o § 3º do art. 1º e o art. 8º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passará a reembolsar, a partir de 30 de julho de 2009, o montante igual à diferença entre o custo total de geração da energia elétrica, para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamento. | “Art. 3º | | “Art. 3º |
| § 15. Os empreendimentos de que trata o § 14 deste artigo são aqueles localizados nos Sistemas Isolados com | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|--|
| concessão, permissão ou autorização outorgados até a data de interligação ao SIN prevista ncaput do art. 4º desta Lei, independentemente de constar do referido ato o reconhecimento do usufruto do benefício de rateio da CCC. | | | |
| | § 16. A quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL.” (NR) | | § 16. A quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL.” (NR) |
| Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 | Art. 26. A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | Art. 28. A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 10. Passa a ser de livre negociação a compra e venda de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, observados os seguintes prazos e demais condições de transição: | “Art. 10. | | “Art. 10. |
| § 3º O disposto neste artigo não se aplica à comercialização de energia elétrica gerada pela ITAIPU Binacional e pela Eletrobrás Termonuclear S/A - Eletronuclear. | § 3º O disposto neste artigo não se aplica à comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, pela Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e à energia produzida pelas concessionárias de geração de energia hidrelétrica prorrogadas nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.” (NR) | | § 3º O disposto neste artigo não se aplica à comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, pela Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear e à energia produzida pelas concessionárias de geração de energia hidrelétrica prorrogadas nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.” (NR) |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|---|
| Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 | Art. 27. A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | Art. 29. A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 3º Além das atribuições previstas nos incisos II, III, V, VI, VII, X, XI e XII do art. 29 e no art. 30 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, de outras incumbências expressamente previstas em lei e observado o disposto no § 1º, compete à ANEEL: | “Art.3º..... | | “Art. 3º |
| XX - definir adicional de tarifas de uso específico das instalações de interligações internacionais para exportação e importação de energia elétrica, visando à modicidade tarifária dos usuários do sistema de transmissão ou distribuição. (Incluído pela Lei nº 12.111, de 2009) | | | |
| | XXI - definir as tarifas das concessionárias de geração hidrelétrica que comercializarem energia no regime de cotas de que trata a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. | | XXI - definir as tarifas das concessionárias de geração hidrelétrica que comercializarem energia no regime de cotas de que trata a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. |
| Parágrafo único. No exercício da competência prevista nos incisos VIII e IX, a ANEEL deverá articular-se com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) | Parágrafo único.” (NR) | |” (NR) |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| Art. 12. É instituída a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, que será anual, diferenciada em função da modalidade e proporcional ao porte do serviço concedido, permitido ou autorizado, aí incluída a produção independente de energia elétrica e a autoprodução de energia. | | | “Art. 12 |
| § 1º A taxa de fiscalização, equivalente a cinco décimos por cento do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado, será determinada pelas seguintes fórmulas: | | | § 1º A taxa de fiscalização, equivalente a quatro décimos por cento do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado, será determinada pelas seguintes fórmulas: |
| I - $TFg = P \times Gu$ onde: TFg = taxa de fiscalização da concessão de geração; P = potência instalada para o serviço de geração; Gu = 0,5% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de geração. | | | I - $TFg = P \times Gu$ onde: TFg = taxa de fiscalização da concessão de geração; P = potência instalada para o serviço de geração; Gu = 0,4% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de geração. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|--|
| <p>II - $TFt = P \times Tu$ onde: TFt = taxa de fiscalização da concessão de transmissão; P = potência instalada para o serviço de transmissão; Tu = 0,5% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de transmissão.</p> | | | <p>II - $TFt = P \times Tu$ onde: TFt = taxa de fiscalização da concessão de transmissão; P = potência instalada para o serviço de transmissão; Tu = 0,4% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de transmissão.</p> |
| <p>III - $TFd = [Ed / (FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição; Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em megawatt/hora; FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição, vinculadas ao serviço concedido; Du = 0,5% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.</p> | | | <p>III - $TFd = [Ed / (FC \times 8,76)] \times Du$ onde: TFd = taxa de fiscalização da concessão de distribuição; Ed = energia anual faturada com o serviço concedido de distribuição, em megawatt/hora; FC = fator de carga médio anual das instalações de distribuição, vinculadas ao serviço concedido; Du = 0,4% do valor unitário do benefício anual decorrente da exploração do serviço de distribuição.</p> |
| <p>..... § 3º No caso de exploração para uso exclusivo, o benefício econômico será calculado com base na estipulação de um valor típico para a unidade de energia elétrica gerada.</p> | | | <p>.....</p> |
| | | | <p>§ 4º Os montantes arrecadados a título de Taxa de Fiscalização de Serviços de</p> |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|--|
| | | | Energia Elétrica, de que trata o art. 12, que não forem utilizados para cobertura das despesas administrativas e operacionais da ANEEL deverão ser devolvidos aos concessionários, permissionários e autorizados na proporção das respectivas contribuições e, quando aplicável, revertidos em prol da modicidade tarifária.” (NR) |
| Art. 15. Entende-se por serviço pelo preço o regime econômico-financeiro mediante o qual as tarifas máximas do serviço público de energia elétrica são fixadas: | “Art. 15..... | | Art. 15. |
| I - no contrato de concessão ou permissão resultante de licitação pública, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; | | | |
| II - no contrato que prorogue a concessão existente, nas hipóteses admitidas na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; | II - no contrato que prorogue a concessão existente, nas hipóteses admitidas na legislação vigente; | | II - no contrato que prorogue a concessão existente, nas hipóteses admitidas na legislação vigente;” (NR) |
| Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar: (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004) | “Art. 26. | | “Art. 26. |
| § 5º O aproveitamento referido nos incisos I e VI do caput deste artigo, os empreendimentos com potência igual ou | § 5º O aproveitamento referido nos incisos I e VI do caput deste artigo, os empreendimentos com potência igual ou | | § 5º O aproveitamento referido nos incisos I e VI do <i>caput</i> deste artigo, os empreendimentos com potência igual ou |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| inferior a 1.000 (mil) kW e aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50.000 (cinquenta mil) kW, poderão comercializar energia elétrica com consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 (quinhentos) kW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, observada a regulamentação da Aneel, podendo o fornecimento ser complementado por empreendimentos de geração associados às fontes aqui referidas, visando à garantia de suas disponibilidades energéticas, mas limitado a 49% (quarenta e nove por cento) da energia média que produzirem, sem prejuízo do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.943, de 2009) | inferior a 1.000 (mil) kW e aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50.000 (cinquenta mil) kW, poderão comercializar energia elétrica com consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 (quinhentos) kW, observados os prazos de carência constantes dos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme regulamentação da ANEEL, podendo o fornecimento ser complementado por empreendimentos de geração associados às fontes aqui referidas, visando à garantia de suas disponibilidades energéticas, mas limitado a 49% (quarenta e nove por cento) da energia média que produzirem, sem prejuízo do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo.” (NR) | | inferior a 1.000 (mil) kW e aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 50.000 (cinquenta mil) kW, poderão comercializar energia elétrica com consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 (quinhentos) kW, observados os prazos de carência constantes dos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme regulamentação da ANEEL, podendo o fornecimento ser complementado por empreendimentos de geração associados às fontes aqui referidas, visando à garantia de suas disponibilidades energéticas, mas limitado a 49% (quarenta e nove por cento) da energia média que produzirem, sem prejuízo do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo. |
| Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 | Art. 28. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações: | | Art. 30. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 2º As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado | “Art. 2º | | “Art. 2º |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|---|
| Nacional – SIN deverão garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento, o qual, observadas as diretrizes estabelecidas nos parágrafos deste artigo, disporá sobre: | | | |
| § 2º A contratação regulada de que trata o caput deste artigo deverá ser formalizada por meio de contratos bilaterais denominados Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, celebrados entre cada concessionária ou autorizada de geração e todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas do serviço público de distribuição, devendo ser observado o seguinte: | § 2º | | § 2º |
| II - para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, início de entrega no ano subsequente ao da licitação e prazo de suprimento de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) anos; | II - para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, início de entrega no ano subsequente ao da licitação e prazo de suprimento de no mínimo um e no máximo quinze anos; | | II - para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, início de entrega no ano subsequente ao da licitação e prazo de suprimento de no mínimo um e no máximo quinze anos; |
| IV - o início da entrega da energia objeto dos CCEARs poderá ser antecipado, mantido o preço e os | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| respectivos critérios de reajuste, com vistas no atendimento à quantidade demandada pelos compradores, cabendo à ANEEL disciplinar os ajustes nos contratos, de acordo com diretrizes do Ministério de Minas e Energia. | | | |
| | | | §2º-A. Excepcionalmente, no ano de 2013, o início de entrega poderá se dar no ano da licitação, para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes. |
| § 3º Excecuam-se do disposto no § 2º deste artigo as licitações de compra das distribuidoras para ajustes, em percentuais a serem definidos pelo Poder Concedente, que não poderão ser superiores a 5% (cinco por cento) de suas cargas, cujo prazo máximo de suprimento será de 2 (dois) anos. | § 3º | | |
| § 8º No atendimento à obrigação referida no caput deste artigo de contratação da totalidade do mercado dos agentes, deverá ser considerada a energia elétrica: | § 8º | | § 8º |
| II - proveniente de: | II - | | II - |
| d) Angra 1 e 2, a partir de 1º de janeiro de 2013. (Incluído pela Lei nº 12.111, de 2009) | | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|--|--|--|
| | e) empreendimentos de geração cuja concessão foi prorrogada ou licitada nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. | | e) empreendimentos de geração cuja concessão foi prorrogada ou licitada nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. |
| |” (NR) | |” (NR) |
| | | | |
| Art. 18. Observado o disposto no art. 17, na licitação prevista no inciso II do § 5º do art. 2º desta Lei, a oferta de energia proveniente de empreendimentos em cuja licitação tenha sido observado o critério do pagamento de máximo Uso de Bem Público - UBP terá o seguinte tratamento: | | | “Art. 18 |
| II – a diferença entre o UBP efetivamente pago, resultante da licitação original, da qual resultou a concessão ou autorização dos empreendimentos de que trata o <i>caput</i> deste artigo, e o UBP de referência, referido no inciso I deste artigo, deverá ser incorporada à receita do gerador. | | | |
| | | | III – À parcela de autoprodução dos empreendimentos outorgados em consórcio de produção independente e autoprodução de energia elétrica vencedores da licitação de que trata o <i>caput</i> deste artigo, aplicar-se-á o valor do UBP de referência de que trata o inciso I, observado todo o período da |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| | | | concessão do empreendimento. |
| Parágrafo único. O valor de que trata o inciso II do <i>caput</i> deste artigo, somado ao lance vencedor do empreendimento licitado, não poderá ultrapassar o custo marginal da energia resultante desse processo, conforme regulamentação. | | | § 1º |
| | | | § 2º A parcela que exceder o custo marginal de que trata o § 1º deste artigo será repassada como majoração no UBP de autoprodução de que trata o inciso III do <i>caput</i> .” (NR) |
| | | | Art. 31. As concessões de geração de energia elétrica outorgadas e que ainda não tiveram suas obras iniciadas em razão de comprovados atos ou fatos alheios à atuação ou gestão dos concessionários, e que estiverem adimplentes com suas obrigações regulatórias e legais, terão restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro, mediante assinatura de termo aditivo aos respectivos contratos e conforme condições a serem estabelecidas pelo poder concedente. |
| | | | § 1º Os empreendimentos abrangidos pelos termos do <i>caput</i> deste artigo terão os valores para pagamento pelo Uso de Bem Público (UBP) recalculados, por meio da aplicação do “UBP de referência”, com o início do prazo de pagamento a partir da data da respectiva |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|---|--|---|
| | | | operação comercial. |
| | | | § 2º A parcela de até trinta por cento da energia gerada pelos empreendimentos das concessões abrangidas pelo <i>caput</i> deste artigo deverá ser direcionada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). |
| | | | § 3º Os empreendimentos abrangidos pelos termos do <i>caput</i> deste artigo terão recompostos os prazos de concessão, constantes dos contratos, contados a partir da data de emissão da respectiva licença ambiental prévia. |
| | | | § 4º Os concessionários abrangidos pelos termos do <i>caput</i> deste artigo poderão optar pela devolução da concessão à União. |
| | | | § 5º Os concessionários que fizerem a opção de que trata o § 4º não estarão sujeitos a penalidade ou multa e terão a devolução da garantia de fiel cumprimento e ressarcimento das despesas incorridas com o empreendimento, incluindo os estudos ambientais, conforme regulamento do poder concedente. |
| | Art. 29. Ficam revogados: | | Art. 32. Ficam revogados: |
| Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993 | | | |
| Art. 8º Fica estendido a todos os concessionários distribuidores o rateio do custo de consumo de combustíveis, | I - o art. 8º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; | | I - o art. 8º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|--|--|--|--|
| incluindo o de biodiesel, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. | | | |
| § 1º (VETADO) | | | |
| § 2º (Revogado pela Lei nº 12.111, de 2009) | | | |
| Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 | | | |
| Art. 13. § 8º Os recursos provenientes do pagamento pelo uso de bem público e das multas impostas aos agentes do Setor serão aplicados, exclusivamente, no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, enquanto requerido, na forma da regulamentação da ANEEL. § 9º O saldo dos recursos da CDE eventualmente não utilizados em cada ano no custo das instalações de transporte de gás natural será destinado à mesma utilização no ano seguinte, somando-se à receita anual do exercício. | II - os § 8º e § 9º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e | | II - os § 8º e § 9º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e |
| Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009 | | | |
| Art. 13. Fica vedado às concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição elétrica o repasse de percentual referente | III - o art. 13 da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. | | III - o art. 13 da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 (Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

| Legislação | Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro 2012 | Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012 | Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2012 |
|---|---|--|---|
| ao Encargo Setorial da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC aos consumidores integrantes da Subclasse Residencial de Baixa Renda. | | | |
| | Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |